

Processo Seletivo de Monitoria 2025

Disciplinas: DIREITO TRIBUTÁRIO I E II

SOBRE CONSULTAS:

SOMENTE SERÁ PERMITIDA CONSULTA A LEGISLAÇÃO “SECA” NÃO COMENTADA/INTERPRETADA (CÓDIGOS E VADE MECUNS).

OBSERVAÇÃO:

CASO FAÇA MAIS DE UMA PROVA, POR GENTILEZA, INDICAR NO TOPO DA FOLHA DE PROVA, EM LETRA VISÍVEL, O NOME DA DISCIPLINA QUE CORRESPONDE À PROVA E ÀS RESPOSTAS QUE ESTÃO SENDO REDIGIDAS.

PROVA: DIREITO TRIBUTÁRIO I

- 1.** A atividade financeira do Estado é desenvolvida com o fim de obter, gerir e aplicar recursos públicos para promoção do bem comum. Dentre os recursos públicos, o tributo se destaca como principal fonte de custeio das atividades estatais, como se classifica legalmente essa espécie de receita?
- 2.** Os tributos são classificados, quanto a hipótese de incidência, como vinculados, quando exigem uma contraprestação estatal específica relativa ao contribuinte, e não vinculados, quando a vantagem para o contribuinte decorre da realização do bem comum. Quais tributos são classificados como vinculados?

3. Qual o princípio constitucional expressamente previsto na Constituição como sendo um princípio direcionado aos impostos para que, sempre que possível, tenha caráter pessoal e atendam às condições econômicas do contribuinte?

4. Quais as exações tributárias que a União pode instituir no âmbito da sua competência residual?

5. Quais os impostos da Competência da União que possuem caráter extrafiscal, como instrumento de política macroeconômica?

PROVA: DIREITO TRIBUTÁRIO II

Questão 01 e 02. A Construtora XYZ apresentou, perante a Receita Federal, sua Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) em junho/2023, mas não pagou o débito apurado a título de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Neste contexto, responda, fundamentadamente, se o prazo que a Fazenda possui para cobrar o crédito tributário em questão é decadencial ou prescricional (2,0), bem como indique os termos inicial e final deste prazo, tendo em vista não existir qualquer prova de dolo, fraude ou simulação quanto ao preenchimento da declaração (2,0).

Questão 03. A empresa JVZ possui débitos inscritos em dívida ativa exigíveis, mas que ainda não são objeto de execução fiscal. Em que pese não tenha havido contencioso administrativo em relação a tais débitos, a empresa entende que são indevidos.

Considerando que a JVZ:

- (i) não possui caixa suficiente para depositar em juízo o valor integral dos débitos em questão, mas possui bom score para financiamentos bancários;
- (ii) que precisará atestar regularidade fiscal para participar de licitação que ocorrerá em período próximo; e
- (iii) que há edital de parcelamento aberto que comportaria os débitos inscritos na dívida ativa, **cite duas formas pelas quais a empresa poderá obter sua Certidão Positivo de Débito com Efeitos de Negativa (3,0).**

Questão 04. Disserte sobre as modalidades de lançamento, explicando suas características. Por fim, indique um exemplo de tributo lançado por cada uma delas (3,0).